



CARREGAL DO SAL

**ATA NÚMERO SEIS (2017-2021) DA SESSÃO EXTRA-
ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CARRE-
GAL DO SAL, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DO ANO****DE 2018.**

----- Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Carregal do Sal, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Carlos Jorge Morgado Gomes, secretariado, respetivamente, pela Primeira Secretária Ana Isabel Abrantes Ribeiro e pela Segunda Secretária Isabel Clara Amaral Teixeira. ---

**----- VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO. RE-
GISTO DAS PRESENCAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNI-
CIPAL. -**

----- Verificada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, declarou aberta a sessão, eram precisamente vinte horas e quarenta e cinco minutos.-----

----- Foram registadas as faltas, justificadas, dos membros da Assembleia Municipal, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Carlos Alexandre Pais Baptista, Francisco José Silva e Sandra Cristina de Oliveira Cortês, tendo sido substituídos, nesta sessão, pelos membros Manuel João Ferreira, Andreia Sofia Coelho Marques, José Figueiredo Castanheira e Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, respetivamente. Aos membros presentes e que participavam pela primeira vez, o Presidente da Assembleia Municipal desejou boas vindas. -----

----- REGISTO DAS PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO. ---

----- Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara, Rogério Mota Abrantes, do Vice-presidente da Câmara, José Sousa Batista e do Vereador Toni Serge Costa



Ribeiro. Foram registadas as ausências dos Vereadores António Óscar de Almeida e Paiva e Ana Cristina Silva Sousa Borges. _____

_____ **INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu informação acerca da especificidade desta sessão, requerida pelos grupos municipais do Partido Social Democrata, do Partido Popular e do Bloco de Esquerda. _____

_____ **ORDEM DO DIA** _____

_____ 1. APRECIACÃO DO REQUERIMENTO APRESENTADO PELOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PSD, CDS E BE. _____

_____ 2. **ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** _____

_____ ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. _____

_____ Declarou, de seguida, aberto o período da ordem do dia. _____

_____ 1. APRECIACÃO DO REQUERIMENTO APRESENTADO PELOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PSD, CDS E BE. _____

_____ Inscreveram-se para usar da palavra, os membros da Assembleia Municipal a seguir identificados: _____

_____ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Após cumprimentos, fez um introito relativamente à sessão que estava a decorrer, requerida por um terço dos membros da Assembleia Municipal, dando especial ênfase, como justificação da marcação da sessão extraordinária, o que se tinha passado na sessão de vinte e sete de abril do corrente ano e consequente troca de correspondência havida, com a utilização de expressões que no seu entender não eram apropriadas, nem correspondiam ao que se tinha passado na sessão em causa. Recordou que nessa sessão de abril, tinha sido dito que alguns dos requerimentos da bancada do Partido Social Democrata, apesar da resposta tardia, tinham sido respondidos, mas não o tinham sido na totalidade. Exemplificou, no caso da



habitação social, em que a informação para além de não conter o nome das pessoas que ocupam as frações, numa delas fica-se sem saber qual o seu destino efetivo, o que o levou a apresentar requerimento sobre a fundamentação jurídica e o despacho de indeferimento para a não indicação do nome das pessoas que ocupam as frações. No requerimento referente às coletividades o que tinha sido pedido foi muito mais do que o que foi respondido.-----

----- Prosseguiu a sua intervenção, aduzindo defesa da honra e face ao conteúdo dos ofícios que tinha recebido, dos quais fez a sua leitura, dirigiu-se ao Presidente da Assembleia Municipal, para que este lhe pudesse explicar quais as razões que o levaram a afirmar que tinha sido “indelicado, para não dizer outra coisa!”, porquanto não o tinha sido, nem naquela sessão nem em qualquer outra, pelo que não admitia qualquer adjetivação à sua pessoa. Recordou que o que tinha dito e feito na sessão de abril de dois mil e dezoito, face às respostas tardias e à falta de elementos das mesmas foi juntando um outro requerimento, devolver à Mesa e ao seu Presidente, de forma simbólica, o que tinha recebido, sugerindo que fosse divulgado o áudio, para aferir dos exatos termos em que fez a sua intervenção. Disse ter ficado desagradado/ofendido com o termo usado no ofício que o Presidente da Assembleia Municipal lhe tinha enviado e que pretendia que fosse clarificada a situação em apreço, nomeadamente quando foi referido e escrito que tinha sido “indelicado para não dizer outra coisa!” Concluiu a sua intervenção, questionando sobre se o Presidente e a Mesa tinham considerado indelicada a sua intervenção, porque é que, de imediato, não tinha sido chamado à atenção nessa mesma sessão. Disse ter sido essa extemporaneidade que o feriu na sua honra e daí o pedido desta sessão extraordinária e bem assim da sua intervenção, requerendo, por conseguinte, um pedido de desculpas.-----

————— *Manuel João Ferreira* – Após cumprimentos, referiu-se às boas práticas e à postura do Bloco de Esquerda na política municipal, sendo seu entendimento que esses desideratos tinham faltado naquele órgão desde o início do mandato. Exemplificou o facto do Bloco de Esquerda ter sido convocado para uma reunião de preparação do orçamento e opções do plano para o ano de dois mil e dezoito, previamente formatado e definido, mas que ainda assim o Bloco de Esquerda tinha apresentado algumas propostas que não foram acolhidas. —————

————— *Carlos Jorge Morgado Gomes* – Após cumprimentos e ter dado a presidência à primeira Secretária, usou da palavra para afirmar que tinha recebido, com alguma estranheza, o pedido de convocação da sessão extraordinária, não se recordando de que tal tivesse acontecido anteriormente, pelo que a sua primeira reação foi a de pensar que algo de muito grave haveria, em torno do funcionamento deste órgão deliberativo, nomeadamente no que dizia respeito ao tratamento dos seus ilustres membros. Referiu-se, de seguida, à forma de devolução dos documentos feita pelo membro Casimiro Loureiro, na sessão de abril, o que o tinha levado a redigir, após a necessária ponderação, o ofício enviado, na medida em que a Mesa pauta sempre a sua conduta por prestar os melhores esclarecimentos e, no caso em apreço, se as respostas não eram suficientes, deveria ter solicitado outros elementos que considerasse adequados. Disse não o ter chamado a atenção, por ter ficado surpreendido com a forma como o membro Casimiro lhe devolvera os documentos e não quis reagir de imediato, pois gosta sempre de pensar bem nas coisas e como costuma dizer-se o travesseiro é sempre um bom conselheiro. Afirmou ter ouvido a intervenção áudio da sessão de abril do corrente ano e relativamente à intervenção do membro Casimiro Loureiro poderia dizer que o que está no áudio não corresponde ao que o membro disse agora nesta sessão. Reafirmou ter ficado surpreendido com o pedido de convocação desta sessão extraordinária. Disse também que



o membro Casimiro Loureiro não pretende que classifiquem as suas atitudes, mas não tem qualquer problema em adjetivar as atitudes dos outros. Recordou que a expressão “simbolicamente” ou “em termos simbólicos” pode ter diversas conotações, para além de que o membro Casimiro Loureiro utilizou na sessão de abril o termo “indigno”. Ainda sobre a distribuição dos documentos e no que à Feira da Pinha e do Pinhão diz respeito, ainda admitiu que pudesse ter havido um lapso no documento distribuído, mas a intervenção do Presidente da Câmara tinha-o sossegado. Quanto à devolução dos documentos afirmou que depois de aturada análise ao ato continuava a achar que o mesmo não tinha sido correto e o mais apropriado; daí a expressão indelicada, aplicada ao ato e não à pessoa. Concluiu, aludindo, de novo, ao pedido de agendamento desta sessão extraordinária referindo que face dos assuntos/temas divulgados não via motivos graves nem atropelos ao funcionamento da Assembleia Municipal, nem ao Estatuto da Oposição, que pudessem justificar esta marcação. Quanto a um pedido de desculpas disse que não via motivo para tal, porque no seu entender a Mesa tinha atuado de forma adequada e sem culpa que lhe pudesse ser endereçada. Terminou, aludindo ao Bispo de Leiria-Fátima, D. António Marto – “Nós temos que olhar para isto com algum humor para não nos levarmos demasiado a sério.”

----- O Presidente da Assembleia Municipal retomou as suas funções de presidência e declarou aberto um novo período de intervenções.

----- *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Começou por justificar a palavra “indigno” utilizada na sessão de abril de dois mil e dezoito, tendo associado a utilização da mesma à entrega tardia dos documentos, solicitados a dezasseis de fevereiro de dois mil e dezoito em que uma parte dos mesmos foi entregue na véspera da sessão. Afirmou que o grupo municipal do Partido Social Democrata contribuiu sempre e irá continuar a contri-

buir para o bom funcionamento desta Assembleia Municipal e a convocação desta sessão era feita a bem da democracia. Em resposta ao comentário de que era a primeira vez que se verificou a marcação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, solicitada por um terço dos membros, com a participação de três das quatro bancadas, respondeu que também foi a primeira vez que foi dada uma resposta, por escrito, menos própria a um membro da Assembleia Municipal. Prosseguiu, referindo que ninguém dava o braço a torcer, pelo que entendia que da sua parte e da bancada do Partido Social Democrata não era devido esse pedido de desculpas. Salientou a perplexidade transmitida pelo Presidente da Assembleia Municipal relativamente à pedido de convocação desta sessão extraordinária, o que parecia estar a ser menosprezado, recordando a subscrição do respetivo requerimento por três das quatro bancadas com assento no órgão deliberativo. -----

----- *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Após cumprimentos, começou por afirmar que iria tentar ter a calma e serenidade adequadas, para dizer o que lhe ia na alma, sem ofender quem quer que fosse, pedindo, antecipadamente, desculpas, por alguns excessos que pudesse vir a cometer. Afirmou que tinha estado, até ao momento da sua intervenção, a tentar perceber as motivações que presidiram à marcação desta sessão extraordinária e o que é que ela tinha de extraordinário. Disse que a única razão que tinha encontrado foi uma total banalidade política, pois a mesma é completamente vazia de conteúdo, na medida em que existiu sempre predisposição da Câmara e da Assembleia Municipal para prestar informações e o direito à informação nunca foi negado, no estrito cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, o mesmo não tendo acontecido, de acordo com o que é do seu conhecimento, em relação a mandatos anteriores onde o Partido Socialista não foi poder. Mencionou que os factos ilustravam que o membro da Assembleia Municipal que tem uma postura mais ofensiva, a vinte dias de



uma sessão ordinária promove, em conjunto com outros, uma sessão extraordinária. Afirmou sentir-se completamente defraudado porque, supostamente, o que estava a ser discutido era porventura o Estatuto do Direito da Oposição, e, passando a relatar as várias alíneas que o constituem, chegou à conclusão que nada foi vedado aos membros da Assembleia Municipal. Dirigindo-se ao membro Casimiro Loureiro, referiu que cada um tem a sua maneira de se expressar, evidenciando que se fosse ele que estivesse a presidir à Mesa, naquele dia, não teria deixado passar a sua atitude de falta de respeito, isto para não a rotular de falta de educação, pedia-lhe de imediato para se retratar. É uma total falta de respeito efetuar a devolução de documentos, da forma deselegante como o foi feito, atirando os documentos para a Mesa, nomeadamente perante o Presidente da Assembleia Municipal como órgão máximo do Município. Concluiu, recordando a postura mais ofensiva e agressiva que o membro Casimiro Loureiro tem protagonizado e que agora vem reclamar um tratamento diferenciado, o que denota incoerência. Apelou ao discernimento, à racionalidade relativamente à motivação que conduz à marcação de uma qualquer sessão extraordinária. Terminou frisando que não alimentava mensagens do ego para justificar marcações de Assembleias extraordinárias e que não havia necessidade de ser marcada uma sessão extraordinária para tratar de um assunto sem conteúdo, deixando a mensagem que não iriam contar com o Partido Socialista para participar, no futuro, em situações do género.-----

----- *Manuel Tavares dos Santos* – Após cumprimentos, referiu que se estava a transmitir uma vitimização, parecendo que o grupo municipal do Partido Socialista é que está bem e o grupo municipal do Partido Social Democrata é que está mal. Questionou sobre se os pedidos de esclarecimentos que foram solicitados pelo Partido Social Democrata relativamente a datas, valores inscritos em documentos, ofícios, requerimentos, não eram um direito da Oposição. Reiterou, ainda, que se não se pode questionar

as datas de entrega dos ofícios, quando se recebem ofícios/requerimentos só nas vésperas das assembleias, pois foram necessários dois meses para serem entregues e mesmo assim com falta de informação; à posteriori com mais requerimentos é que essa informação chegou, concluindo que algo não estava a correr bem. Prosseguiu dizendo que se tal não fosse corrigido, então futuramente a posição da bancada do Partido Social Democrata passaria a ter uma atitude passiva podendo, também, optar pela ausência. Concluiu, dizendo se esta era a posição do Partido Socialista relativamente aos pedidos formulados pelo Partido Social Democrata e restante oposição então o Partido Socialista arriscava-se a criar um vazio no espaço do debate e a ausência nas tomadas de decisão/votações. Respondendo ao membro Paulo Catalino, sobre a questão monetária, referiu que a democracia, num Estado de Direito, não se rege por valores monetários. Sempre que entender estarem em causa os valores que defendem ou o bem-estar das populações, irão sempre questionar independentemente dos custos que daí resultarem. –

———— Esgotado o período destinado à intervenção dos membros, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal. —————

———— *Vice-presidente da Câmara Municipal* – Após cumprimentos, começou por dizer que tinha previsto intervir, mas que face às intervenções já havidas, mais motivos tinha para o fazer. Prosseguiu, dizendo que em face da envolvência/referências à sua pessoa em situações passadas, aferidas pela motivação que conduziu à marcação da sessão extraordinária desta Assembleia Municipal, já teria que ter solicitado um ou duas sessões extraordinárias para a defesa da sua honra tendo recordado ao membro Casimiro Loureiro os vários predicados que este lhe tinha atribuído, não diretamente, suportando as afirmações com as audições das gravações. Disse que também ficou perplexo com a marcação da sessão extraordinária. Atribuiu ao membro Casimiro Loureiro uma



nova doença a hipersensibilidade vocabular unívoca, cujos sintomas são no sentido de poder dizer aquilo que entender, mas se forem os outros a proferirem algo, já não é assim, porque a sensibilidade, neste caso, já tem sentido. Evidenciou, no entanto, que relativamente ao membro Casimiro Loureiro sempre teve e pretende continuar a ter um ótimo relacionamento institucional.-----

-----Relativamente ao membro Manuel João disse ter ficado perplexo, por este ter assinado o pedido de convocatória da sessão extraordinária, sem ter estado na sessão que alegadamente motivou tal convocação. Quanto à sua intervenção disse que falou daquilo que não sabia, porquanto o Bloco de Esquerda tinha apresentado um documento descritivo, com ideias e valores. Foi respondido ao Bloco de Esquerda que algumas ideias já estavam em prática e outras estavam a ser equacionadas quanto à sua viabilização. Concluiu, lamentando a falta de conteúdo desta sessão extraordinária da Assembleia Municipal.-----

----- *Presidente da Câmara Municipal* – Após cumprimentos, afirmou que não iria comentar nada do que ali se tinha passado. No entanto, disse sentir-se triste e aconselhou, isso sim, os membros da Assembleia Municipal a visionarem o Canal de TV da Assembleia da República para realçar os discursos muitas vezes contundentes que, na ótica da motivação desta sessão extraordinária, conduziram a um sem número de sessão da Assembleia da República extraordinárias.-----

----- Prosseguiu, referindo-se a eventuais intervenções havidas e ao modo aceso das mesmas, questionando, no entanto, se isso seria motivo para a marcação de uma sessão extraordinária. Ao abordar a intervenção do membro Casimiro e o modo como fez a devolução dos documentos ao Presidente da Assembleia Municipal, informou que segundo a informação jurídica de que dispunha, a Câmara Municipal não era obrigada a responder era sim obrigada a disponibilizar aos documentos para consulta. Deste modo,

concluiu transmitindo a disponibilidade da Câmara Municipal para, sempre que lhe seja solicitado, abrir as portas para eventuais esclarecimentos, realçando que a Câmara Municipal não pretende negar ou sonegar o que quer que seja. —————

————— *Manuel António Tavares Santos* – Usou, de novo, da palavra para ironicamente e face às palavras do Presidente da Câmara, afirmar que não fazia sentido a presença da bancada do Partido Social Democrata no órgão deliberativo, pois não podia apresentar requerimentos, fazer questões, entre outros. Deu os parabéns à bancada do Partido Socialista por ter conseguido inverter o que se tinha passado nesta sessão, ou seja, conseguiu atribuir mais importância a outros assuntos, em detrimento de algo que foi escrito, ou seja, o não cumprimento sistemático do Estatuto da Oposição nos requerimentos e petições efetuadas. Disse que o grupo municipal do Partido Social Democrata vai deixar de solicitar esses requerimentos, pois os mesmos chegam em cima da hora e, se reclama esse direito, é criticado. Concluiu a intervenção com um pedido de respeito pelas minorias, referindo que em democracia se deve respeitar as minorias; o PS já esteve em minoria, hoje está em maioria, nada garante que no futuro não esteja em minoria e a bancada do PSD irá respeitar esse facto. —————

————— *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou, de novo, da palavra para justificar o modo mais acalorado com que profere as suas intervenções/diálogo político. De seguida dirigiu-se ao Vice-presidente para lhe dizer que, em situação alguma, o adjetivou do que quer que fosse. Ao agradecer a intervenção do Presidente da Câmara, prosseguiu a sua intervenção e dizer que o cerne da questão é uma divergência política que em nada colide com o âmbito pessoal/particular. Manifestou a sua disponibilidade para efetuar eventuais pedidos de desculpa sempre que algum membro se sinta ofendido pelos seus discursos mais acalorados. Recordou que a sessão extraordinária foi pedida por três



partidos. Disse que a mesma podia ter sido evitada se o Presidente da Assembleia Municipal tivesse dialogado com o membro Casimiro Loureiro. Terminou, reafirmando que se sentia atentado na sua dignidade.-----

----- *Presidente da Assembleia Municipal* – Começou por referir que não valia a pena andar a falar de vitimização. Realçou o respeito que deve haver não só perante as minorias como o mesmo deve ser observado também pelas maiorias. Reconheceu que as respostas chegaram tardiamente. O princípio da marcação de assembleias municipais extraordinárias não está em causa, nem nunca esteve, o que está em causa é se o tema que motivou esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal é ou não pertinente. Aproveitou para refletir sobre várias situações, como a resposta sobre a atribuição de subsídios e sobre as três casas de função, referindo que se só duas casas estavam ocupadas é porque uma estava devoluta, tentando encontrar justificação para a utilização da adjectivação e do termo utilizado de “indigno”. Disse que a Câmara Municipal dá todas as informações dentro dos limites da lei. Registou que existe claramente uma divergência política entre a Mesa e o grupo municipal do PSD, referindo-se ao ar de desconfiança que por vezes é manifestado pelo Partido Social Democrata, dando a entender que a Câmara Municipal tinha ou tem algo a esconder. Falou, de seguida, da sua convivência democrática e da sua tolerância, referindo que sempre se pautou por ter ótimas relações com todos os membros da Assembleia Municipal, dos diversos quadrantes políticos, ao longo dos anos que leva destas lides, que são muitos, o que muito o orgulhava.

----- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal. -----

----- *Vice-presidente da Câmara Municipal* – Começou por se referir ao membro Manuel António dizendo que quem se estava a vitimizar era o grupo parlamentar do Partido Social Democrata. Recordou outras maiorias, as do Partido Social Democrata em mandatos anteriores, utilizando a expressão de ter “sentido na pele” as dificuldades que por

vezes era sentida na obtenção de alguma informação citando que o Partido Socialista ainda hoje estava à espera de muita dessa informação. Clarificou a ideia que não era essa a intenção do Partido Socialista, agora que é maioria, reiterando a abertura da Câmara Municipal para a disponibilização da informação que lhe fosse solicitada. Concluiu, repetindo a informação veiculada pelo Presidente da Câmara concretamente no que dizia respeito à disponibilização de informações para afirmar que a partir de agora os documentos passavam a ser disponibilizados para consulta, sem constrangimentos e qualquer sonegação, manifestando assim o Partido Socialista o seu pendor democrático nesta e em todas as matérias da sua governação. —————

————— O Presidente da Assembleia Municipal abriu novo período de debate. —————

————— *José Manuel Lopes Flórido* – Após cumprimentos, iniciou a sua intervenção referindo que foi um dos autores da convocatória daquela sessão da assembleia, atitude que voltaria a tomar se um colega lhe tivesse dito que foi ofendido e que ninguém o quis ouvir. Disse que tinha aconselhado o membro Casimiro Loureiro a falar com o Presidente da Assembleia Municipal tendo este respondido que não valia a pena porque não o ouviam, pelo que a única forma para conseguir ser ouvido era marcar uma sessão, reafirmando que aquilo que fez voltaria a fazê-lo. Relativamente à marcação da sessão extraordinária disse que a nossa vivência é democrática e esse era um direito que lhe assistia, bem como aos restantes membros. Ansiava que após a já muita conversa havida tudo terminasse em bem. —————

————— O Presidente da Assembleia Municipal interveio para responder e informar membro José Flórido que a sessão extraordinária da Assembleia Municipal foi realizada porque se vivia em democracia; caso contrário não seria possível. —————

————— *Manuel António Tavares Santos* – Interveio para referir que o Presidente na última Assembleia Municipal tinha reconhecido que os documentos tinham chegado em



cima da hora, sendo também sua responsabilidade, uma vez que o requerimento foi entregue em fevereiro, tentar saber em que ponto estava a resposta. _____

_____ Em relação ao Vice-presidente ter referido que a partir de agora não há mais requerimentos lembrou, citando várias disposições do Regimento, que é competência da Assembleia Municipal solicitar e receber informações, através da Mesa, sobre qualquer assunto de interesse para o município. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu o alerta do Regimento e deu, de novo, a palavra à Câmara Municipal. _____

_____ *Vice-presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para esclarecer, em função da intervenção do membro Manuel António, que o objetivo não era os requerimentos acabarem, mas sim permitir simplificação e maior abrangência ao serem disponibilizados os respetivos documentos para consulta. _____

_____ 2. **ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** _____

_____ ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. _____

_____ *António Jorge Ribeiro de Figueiredo* – Após cumprimentos, começou por referir, na qualidade de munícipe atento, que estava indignado e perplexo com tudo o que tinha ouvido naquela noite. Disse que assistiu a uma discussão de “virgens ofendidas” que tinha um custo de €1 285,84 (mil, duzentos e oitenta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos). Sugeriu, alegando atribuir alguma dignidade à realização da sessão, a atribuição, em partes iguais, do montante despendido com a realização desta sessão extraordinária, às Associações de Bombeiros do Concelho de Carregal do Sal. _____

_____ **ENCERRAMENTO.** _____

_____ Não se antevendo mais intervenções pela parte do público o Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a sessão extraordinária, pelas vinte e duas horas, reiterando a manutenção salutar da convivência democrática. _____

----- E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,

Carlos Jorge Morgado Gomes

A Primeira Secretária,

Ana Isabel Abrantes Ribeiro

A Segunda Secretária,

Isabel Clara Amaral Teixeira